

9.
11

61

Reunião pública – Ata n.º 21/2015

Data 2015-10-12

Início 14.45 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.50 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 2015-----
BALANCETE-----
N.º 01 – RENÚNCIA DO MANDATO DO VEREADOR JOSÉ MANUEL FARINHA PERFEITO
(7525/ENTE/DAJA/2015 - 142/COLAB/DRH/2013)-----
PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----
N.º 02 – PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E A ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes!”
(7276/ENTE/DAJA/2015 - 4/ENTEXT/PR/2013)-----
N.º 03 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL
DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (63/PPRC/PR/2015)-----
N.º 04 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA
CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (64/PPRC/PR/2015) --
N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR
(65/PPRC/PR/2015)-----



- N.º 06 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO (67/PPRC/PR/2015) -----**
- N.º 07 – PREÇO DE VENDA DO LIVRO "Sporting de Tomar 100 anos, 1915-2015" (66/PPRC/PR/2015)-----**
- N.º 08 – PRÉDIO SITO NA RUA DA FÁBRICA DE FIAÇÃO, ENTRE OS NÚMEROS 56 E 60 (85/PGEN/PR/2015) -----**
- INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**
- N.º 09 – PLANO DE INVESTIMENTOS DA RESITEJO PARA 2015 (7173/ENTE/DAJA/2015 - 3/ENTEXT/PR/2013)-----**
- N.º 10 – CANDIDATURA DO PROJETO "LUGARES PATRIMÓNIO MUNDIAL" AO PORTUGAL 2020 – plano de ação e estimativa orçamental (62/PPRC/PR/2015)-----**
- N.º 11 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE SETEMBRO DE 2015 (94/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013) -----**
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----**
- N.º 12 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – setembro de 2015 (21/PGEN/GC/2015)-----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 13 – TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR – custos e proveitos dos meses de maio a julho de 2015 (7061/ENTE/DAJA/2015 - 167/CONPUB/DOM/2014) -----**
- N.º 14 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR (6774/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- N.º 15 – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA – estacionamento gratuito de viaturas no âmbito dos eventos Sabores de Antigamente e Encontro de Tocadores de Instrumentos Tradicionais (257/PGEN/DOM/2015 - 3/PQEST/DOM/2013) ---**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 16 - PARECER DE COMPROPIEDADE – Gerard Talarmein (108/PEDI/DGT/2015 - 300/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 17 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 545/1984 (53/PEDI/DGT/2015 - 276/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 18 – LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM AVESSADAS – MINUTA DO CONTRATO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO (7138/ENTE/DAJA/2015 - 1/OBURB/DGT/2015) -**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**



N.º 19 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE A EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE (3810/ENTE/DAJA/2015 - 46/DIVER/DAJA/2015)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 20 – JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO DE 2015 – programa municipal “Tomar na rota do património industrial e técnico europeu” (161/PGEN/DTC/2015 - 13/ATIVEV/DTC/2015)-----

N.º 21 – ADESÃO AO DIA INTERNACIONAL CIDADES PELA VIDA CIDADES CONTRA A PENA DE MORTE (7051/ENTE/DAJA/2015 - 15/ATIVEV/DTC/2015)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 22 – CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM – APOIO DOS BOMBEIROS (7206/ENTE/DAJA/2015)-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 23 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA – 1.ª FASE (11/ESPP/UISE/2015 - 27/ASESC/DEAS/2013)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 24 – ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS NO 1º SEMESTRE DE 2015 (8/ESPP/UDJ/2015 - 4/APOIOS/UDJ/2015)-----

N.º 25 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS E BALNEÁRIOS – Ténis Club de Tomar (7040/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Grupo Desportivo da Nabância (7129/ENTE/DAJA/2015 - 4/APOIOS/UDJ/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Associação Portuguesa de Hemofilia e de outras Coagulopatias Congénitas (7106/ENTE/DAJA/2015 - 15/DIVER/PR/2013)-----

N.º 28 – PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (7156/ENTE/DAJA/2015 - 23/DIVER/PR/2013)-----

Sendo catorze horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e, não havendo público para atender, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----



A Sra. Presidente deu conhecimento do atraso do Vereador Rui Serrano devido à realização de uma reunião no Pólo das Caldas da Rainha da Agência Portuguesa do Ambiente. De seguida, informou que o documento distribuído aos Srs. Vereadores é a pré-proposta apresentada à CCDR para negociação do PEDU, contemplando um conjunto de investimento público na área da reabilitação urbana, no valor de doze milhões de euros. Referiu que procedeu ainda à distribuição pelos Srs. Vereadores de um conjunto de documentação com a explicação do cálculo e forma de restituição do IVA nas faturas dos SMAS, em resposta às questões aqui colocadas sobre o assunto. Deu ainda conhecimento de que, a exemplo de outros edifícios públicos, como o Tribunal, as bandeiras do Edifício dos Paços do Concelho passarão a ser hasteadas à sexta-feira e recolhidas à segunda-feira. Isto porque os trabalhadores que asseguram essa tarefa estão próximo de atingir o limite anual de horas extraordinárias imposto por lei, devido a um conjunto de horas utilizadas por ocasião da Festa dos Tabuleiros. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça informou que está concluída a empreitada de recuperação da capela do Cemitério de Santa Maria dos Olivais, faltando realizar pequenos acertos da nossa responsabilidade - substituição de uma pedra do chão e pintura do altar e dos bancos - para que possa abrir nas devidas condições e servir os seus fins a partir do final do corrente mês. Deu conhecimento de que as obras de recuperação da Charolinha da Mata dos Sete Montes, obtida a aprovação da DGPC e do ICNF, já se encontram acordadas com o IPT, com o Curso de Conservação e Restauro e com o Prof. Fernando Costa, devendo começar muito brevemente e decorrer durante quatro a seis meses. Deu conta de que o Município vai ter um pavilhão na segunda edição do Portugal Agro – Feira Internacional das Regiões, da Agricultura e do Agroalimentar, a decorrer na FIL, de vinte e um a vinte e três de novembro, onde estarão presentes dez produtores do concelho, decorrendo a fase de envolvimento dos produtores nesta iniciativa. No que se refere à Feira de Santa Iria, informou que está praticamente organizada e que, se o tempo o permitir, vamos ter um certame melhor do que no ano passado, com mais stands e algumas atividades novas. Referiu que o tempo pode inviabilizar que se obtenham os resultados desejados em termos de envolvimento social mas, em termos de sustentabilidade, já ultrapassámos quase em vinte cinco por cento a receita do ano anterior e conseguimos diminuir a despesa, existindo condições para ser mais ambiciosa em futuras edições. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão recordou que decorre no corrente mês de outubro a fase de candidaturas a bolsas de estudo para alunos do ensino superior, e que estão disponíveis no



site o respetivo regulamento e ficha de inscrição. Referiu que, no ano passado ficámos abaixo do orçamento disponível para a prestação deste apoio e disse estar convicto de que haverá ainda pessoas que precisam deste apoio mas não têm conhecimento desta possibilidade. -----

O Sr. Vereador António Jorge começou por referir que, há cerca de dois meses, alertou para a situação da Ponte do Carril e para a necessidade de prevenir a ocorrência de sinistros, sendo que, nas duas últimas semanas se depararam com dois acidentes graves, com feridos. Disse que, apesar do espaço ir entrar em obras podem e devem diminuir o risco de acidente, recorrendo, por exemplo, à contratação de empresa que possua equipamento para decapar a superfície do alcatrão, tornando-o mais rugoso e criando maior atrito. Referiu ainda a contratação pela autarquia de uma empresa de comunicação de Lisboa, com o encargo mensal de cinco mil euros, situação que não cai bem em tempos difíceis, perante a falta de dinheiro para, por exemplo, criar condições de habitação para pessoas carenciadas, como aqui foi falado nas últimas reuniões. -----

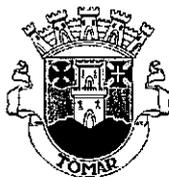
A Sra. Presidente disse que registou a preocupação dos Srs. Vereadores relativamente à Ponte do Carril tendo solicitado aos serviços que analisem a possibilidade de minimizar o estado em que o piso se encontra, por administração direta, ou apresentem orçamentos para um eventual recurso a contratação externa para que a questão possa ser avaliada e decidida. Reafirmou que não vão gastar dinheiro num piso que depois vai ser substituído no âmbito da empreitada que vai ser lançada, como já teve oportunidade de dizer na altura. Disse que estranha a referência à contratação da empresa dado que, em maio, foi solicitado ao Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo para a referida prestação de serviços, não tendo, na altura, sido levantada qualquer questão. Sublinhou que, este ano, não só por força da Festa dos Tabuleiros, Tomar teve uma presença na comunicação social nacional como não tem tido nos últimos anos e essas coisas custam dinheiro, não constituindo retorno direto para a autarquia mas sim para a economia local. Disse que tem ouvido alguns restaurantes do Concelho que estiveram presentes em programas televisivos referir que recebem pessoas nos seus estabelecimentos porque os viram na televisão. Saliu que, com essas participações estão a chamar pessoas ao Concelho e considera estas despesas um investimento com retorno direto para a economia local. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu-se ao PEDU e disse que o que lhes foi distribuído foram apenas os investimentos públicos, e que acha estranho não terem conhecimento do plano que terá sido entregue. -----



A Sra. Presidente disse que a autarquia só acede ao investimento público e que o que foi entregue foi distribuído aos Srs. Vereadores. Esclareceu que, quando entregaram o investimento público tiveram que identificar um conjunto de privados disponíveis para fazer investimento, o qual não cai nas verbas do Município. Disse que todos os privados de que tiveram conhecimento foram identificados individualmente, e que, estando-se a projetar a cinco anos foi considerada uma margem em outros, para eventuais privados que venham a aparecer e que queiram investir. Disse saber que a CCDR se prepara para negociar com o Município baixando para seis milhões de euros e recordou que, depois dessa contraproposta o assunto virá ao conhecimento do executivo até porque há decisões que devem ser tomadas em conjunto, nomeadamente o que é que vamos deixar cair se se confirmar que a proposta para doze milhões de euros baixará para seis milhões. Disse que, na fase de negociação, o assunto virá à reunião para deliberar qual deverá ser a posição do Município. -----

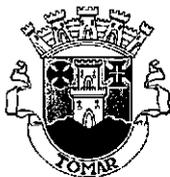
O Sr. Vereador Pedro Marques disse que a questão é mesmo o âmbito temporal do plano, de cinco anos, que ultrapassa o atual mandado, entendendo, por isso, que a proposta de investimento devia ter sido previamente discutida com todos. Disse que, de certeza, se enviou para a CCDR todo o Plano, e questionou porque é que foi enviado para uma entidade externa e os vereadores não têm conhecimento dessa proposta, pelo menos que seja do seu conhecimento. Referiu que, em democracia, quando as coisas funcionam assim funcionam mal, pois a Sra. Presidente e o seu grupo municipal só chegam à conversa com os vereadores da oposição quando têm dificuldade em passar as suas propostas, ou seja, os vereadores da oposição são aqui tratados como se não existissem porque só quando são confrontados com a inviabilidade de algumas das propostas é que tentam chegar a acordo. Disse que, da sua parte, e com certeza da parte dos IpT, se isto continua assim, quando não acertarem previamente a situação dificilmente vai repetir-se o que aconteceu na última sessão da Assembleia Municipal onde a coligação PS/CDU deu um passo atrás em relação à questão do IMI, que não quis dar no Executivo Municipal, e parece, depois, publicamente, que foi o requerimento da CDU que seu azo à deliberação tomada quando não foi. Disse que esta situação aconteceu por saberem de antemão que havia uma proposta dos IpT que seria colocada em contrapartida àquela que foi aprovada, por maioria, no Executivo, que poderia ter o apoio do PSD e ser aprovada, chumbando a da maioria. Disse que, a nível nacional, se fala muito agora no respeito pela democracia mas, depois, a nível local, situações destas vão acontecendo, parecendo que alguns detêm a verdade absoluta e os outros têm que aguentar porque estão em minoria e aquilo que dizem, muitas vezes, nem sequer é discutido ou sequer



é chamado à coação para poderem dar achegas. Disse que é o caso do PEDU pois, mesmo que não estejam em desacordo com muita coisa do que ali está, há questões, como o timing, que podiam ser melhoradas, por exemplo da Várzea Grande. Salientou que não sabe se seria este o melhor caminho mas é o caminho da maioria, um caminho que, cumprindo as regras do jogo democrático, tem mais dois anos e o plano é para cinco anos e tudo quanto tem a ver com estes investimentos devia ser discutido previamente por todos. Disse que deixa aqui a sua posição muito clara e que a posição dos IpT um dia destes ficará também muito clara na Assembleia Municipal apesar de, até agora, também ter sido clara e terem colaborado naquilo que entendem ser do interesse do Concelho e do Município, apesar de, muitas vezes, para a maioria isto ser quase como um apêndice. Referiu que o que se passou na última Assembleia não tem justificação acontecer à última hora, até porque a sessão foi suspensa uma semana e, se a Sra. Presidente assim o entendesse, havia tempo para que aqui pudesse ter havido um entendimento mas não foi nem tem sido essa a prática, não foi essa a decisão da coligação PS/CDU que vai gerindo a Câmara Municipal.-----

Nesta altura, chegou à reunião o Sr. Vereador Rui Serrano.-----

Continuando, o Sr. Vereador Pedro Marques disse que ia analisar a documentação entregue sobre o IVA dos SMAS e passou a referir algumas situações que devem merecer atenção. No que se refere à recolha de resíduos sólidos, disse que sabe que o lixo amontoado junto à antiga escola da Venda Nova foi recolhido na sexta-feira, situação que era uma vergonha e já tinha merecido várias reclamações, e pediu a melhor atenção para que a situação não se possa repetir. Deu conta de que continua a acumular-se lixo na Rua Prof. Gonçalves da Silva e na Venda da Gaita, na reta perto das bombas. No que se refere à iluminação pública, disse que o relógio está a desligar às seis horas e só amanhece depois das sete, devendo ser acautelada a segurança daqueles que se deslocam a pé para apanhar o comboio das seis e quinze e se queixam constantemente que não veem nada e é perigoso. Disse que achou piada à abordagem da questão da Ponte do Carril na Assembleia Municipal pois, desde dois mil e seis, ou dois mil e sete, que se vem debatendo a necessidade deste investimento e, se se congratulam com o facto de este Executivo ter avançado não deixam de frisar o quanto se bateram por ele e chegar à conclusão de que, felizmente, aqueles que eram os compromissos eleitorais dos IpT estão a ser cumpridos, porque eram óbvios, não podiam fugir deles e a situação financeira da Câmara Municipal não dava para muito mais senão assumir o que era fundamental - como é ainda o caso do Centro Escolar da Linhaceira que sabem se irá também concretizar - e depois definir prioridades que iam avançando à medida das disponibilidades



financeiras, como a ação social e a habitação social que é fundamental resolver. Disse que têm conhecimento de novas regras que estão para ser implementadas no Mercado Municipal, que talvez se compreendessem se fosse um mercado novo, mas não é o caso, e pediu para saber o que é que se passa tendo em conta que quem ali trabalha se viu espoliado daquele espaço durante muito tempo, com condições para laborar e para aguentar o negócio muito difíceis, muitos houve que desistiram, e sabem as dificuldades que as pessoas têm, muitas delas continuam a laborar porque contam com a ajuda da família e não têm encargos com empregados, nem têm rendimento para tal. Referiu que, ao que parece, agora se tenta que quem vende mais do que um tipo de produtos tenha que ter um espaço diferente para cada um, o que obrigará a que tenham que ter alguém em cada um deles, o que é quase impossível. Pediu que se refletisse no assunto, pelo menos relativamente àqueles que têm apenas um espaço onde vendem várias coisas pois se implementarmos esta obrigatoriedade vai ser muito difícil e estamos a obrigá-los a desistir de uma atividade, pois não é viável contratar alguém para exercer esse comércio. Relembrou que, há mais de um mês, pediu o relatório do incêndio da Linhaceira e ainda não tem conhecimento dele. Sobre a situação do concurso de mobilidade que a Sra. Presidente decidiu abrir para técnico de informática, disse que a questão que se coloca logo de início é se há necessidade de abrir esse concurso. Sublinhou que têm dúvidas e que, da análise que fizeram, e das informações que tiveram, parece claro que a abertura desse concurso teve em vista que o técnico de informática que pertence aos quadros da Câmara de Alpiarça, e é chefe de gabinete da Sra. Presidente, possa concorrer. Disse que não tem grandes dúvidas de que, no concurso em si, a Sra. Presidente terá salvaguardado todas as situações legais mas não deixa de ser algo que, como referiu no último dia, e mediu bem as palavras que disse e não volta atrás, a acontecer, será uma vergonha porque é claramente algo de grande interesse pessoal da Sra. Presidente. Disse que, pela parte dos IpT de certeza que este assunto não morrerá por aqui, assim como não vai morrer a falta de resposta às questões que colocou sobre as despesas dos vereadores, do gabinete da Presidência e do Chefe de Gabinete. Disse que, neste caso, se na próxima reunião não tiver a informação que requereu fará requerimentos mais explícitos e concretos sobre toda esta matéria para ver se obtém a informação que, estranhamente, aguarda há longos meses. Referiu que ou não há condições políticas para que a resposta lhe seja dada ou não querem dá-la, alguma coisa se passa, pois se a contabilidade está tão bem organizada e a DF funciona tão bem e não é possível responder a um vereador quanto é que gasta A, B ou C, informação que, há quase trinta anos, sem informática, era prestada mensalmente, não deixa de ser



estranho que a omissão ou negação dessa informação continue a verificar-se. Referiu que é nas reuniões quinzenais que têm espaço para colocar as questões e que, perante isto, é talvez melhor que a Sra. Presidente, que tem maioria e pode fazê-lo, apresente uma proposta para revogar o Portal da Transparência que aqui aprovaram pois, neste caso concreto, a transparência continua muito opaca, pior que a cinzentude destes dias de inverno que estão a chegar. Salientou que não entende que esta resposta não seja dada, a menos que se esteja a encobrir alguma coisa, e verão se a resposta é dada ou se terão que ir mais longe e, neste órgão, ou na Assembleia Municipal, solicitar as auditorias que devam ser feitas. Recordou que, no mandato anterior, era para ser feita uma auditoria ao urbanismo, tendo sido elaborado um relatório que nada diz, e que, se calhar, se justifica uma auditoria financeira e à proteção civil, auditoria que, quando for feita deve abranger o mandato anterior porque diz-se que diz-se muita coisa, de que nunca aqui falou, mas têm que acabar com isto e saber concretamente o que é que se passou e o que é que se passa neste momento. Disse que a transparência é fundamental e que estas questões nada têm de pessoal, são meramente políticas, relacionadas com o cargo que a Sra. Presidente exerce e a forma como o exerce. -----

A Sra. Presidente referiu que o documento que distribuiu e que constitui a pré-proposta de investimento público no âmbito do PEDU não elenca nenhuma prioridade, tendo sido elaborado de acordo com as normas, por prioridades de investimento definidas no acordo de parceria feito com Bruxelas, cabendo posteriormente ao Município definir as suas prioridades, aquelas que terão que vir refletidas já no orçamento para dois mil e dezasseis. Disse que o sinal que foi dado no orçamento para dois mil e quinze continuará a ser dado, e reforçado, no orçamento para o próximo ano, priorizando as questões sociais. Garantiu que, enquanto não resolverem as questões sociais no concelho não vale a pena pensar em grandes obras, em grandes floreados. Referiu que estão na fase de elaboração do orçamento para o próximo ano sem saber o resultado da negociação com a CCDR e que há questões que, independentemente de terem ou não financiamento têm que avançar, e que o que está elencado no documento não é por onde vão começar. No que se refere ao que aconteceu na última Assembleia Municipal, relativamente à proposta do IMI, disse que, no Executivo Municipal foi rejeitada uma proposta dos Srs. Vereadores no PSD porque não tinham os dados da Autoridade Tributária e tiveram que ser cautelosos entre o que é a receita e a despesa, e, quando receberam esses dados, não viram qualquer tipo de problema em recuar, demonstrando junto da Assembleia Municipal que tinham abertura e era bem colhida a situação. Disse que o que fez no órgão deliberativo foi dar um passo atrás, e bem, porque o Município tem condições de acomodar a perda de receita



utilizando o máximo de redução da taxa de IMI, e que isso acontecerá sempre que se chegue à Assembleia Municipal e os dados sejam superiores aos que estiveram na base da decisão tomada pelo Executivo Municipal. No que se refere à iluminação pública, disse que a questão hoje reportada já ocorreu no ano passado e a situação foi sanada após contato com a EDP, pelo que vai ser reforçado o pedido para este ano e solicitar que assim proceda também em anos futuros, independentemente do contato do Município. No que se refere à mobilidade e parte final da intervenção do Sr. Vereador Pedro Marques, disse que a transparência parte de todos e que, por vezes, vêm com insinuações que não têm o mínimo de verdade. Disse que, se tem alguma coisa contra o ex-vereador Luís Ferreira o Sr. Vereador deve entender-se com ele porque o Concelho tem coisas bem mais importantes do que isso. Salientou que não custa mais ao Sr. Vereador do que a si não lhe ter ainda respondido ao requerimento e se não lhe respondeu foi porque, no início do ano, como aqui reportou, devido à falência da anterior empresa, tiveram que fazer uma alteração ao sistema informático da área financeira e as coisas não estão a correr bem com a AIRC que, ainda por cima, assinou um contrato com a CIMT. Exemplificando, referiu que, a semana passada, numa reunião de preparação do Orçamento estavam a olhar para um balancete com as taxas de execução e surgiram rúbricas de oitocentos mil euros porque estava a decorrer formação e, em vez de estarem e fazer alterações em testes, estavam a fazê-las nas bases reais. Disse que, neste momento, ou pára o setor financeiro para conseguir dar esses dados ou têm que os ir compilando à medida que for possível, reafirmando quanto lhe custa não ter ainda dado resposta a esse requerimento. Referiu que a informação que é prestada à Assembleia Municipal permite retirar os gastos do gabinete mas não foi isso que foi requerido, foi solicitado pessoa a pessoa, e a Câmara de Tomar não tem ainda instituída uma contabilidade analítica, o que lhes causa alguns constrangimentos na resposta rápida e célere. Reconheceu que, para bem de todos, o requerimento já devia ter sido respondido. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que a situação abordada sobre o Mercado é um assunto que está espelhado e foi discutido no âmbito do regulamento em vigor e que tem vindo a discuti-lo com os vendedores (poucos) que têm mais do que um setor de comércio, sendo certo que o Mercado é novo e vai ter que ser organizado de tal maneira que possa responder em termos de competitividade como qualquer outra grande superfície que exista em Tomar, protegendo naturalmente os produtores locais. Referiu que é um assunto que vai continuar a ser discutido com as pessoas, sendo certo que o regulamento que define as normas já foi discutido e debatido no Executivo e na Assembleia Municipal. -----



O Sr. Vereador João Tenreiro referiu-se ao muro de suporte à saída de Tomar, junto ao Padrão, e à recomendação verbal que apresentou para diligenciar junto do proprietário a possibilidade de ali colocar alguns painéis alusivos a Tomar, evitando aquela feira de cartazes que podem testemunhar. Insistiu nessa recomendação e sugeriu o estabelecimento de um protocolo em que a própria Câmara pudesse eventualmente providenciar junto das escolas, com os alunos de artes, um painel alusivo a Tomar que desse algum embelezamento àquela saída já que não se iniciam os trabalhos do outro lado, num estado miserável, apesar dos requerimentos que já fizeram sobre esse assunto. No que se refere ao IMI, disse que tem que concordar por completo com o Vereador Pedro Marques porque não foi só neste assunto que a maioria chegou à Assembleia e alterou a proposta que aprovou no Executivo, o mesmo já acontecera, por exemplo, com o regulamento da Festa dos Tabuleiros, que os vereadores do PSD aqui votaram contra pelos motivos que, depois, o órgão deliberativo debateu e houve entendimento para retirar aqueles pontos. Disse à Sra. Presidente que foi a última vez que tal aconteceu porque, a haver entendimento terá que ser neste órgão, não se pode esperar tanto tempo pela discussão no Executivo para, depois, na Assembleia Municipal, a maioria ficar como querendo o consenso, enquanto neste órgão, até perante sugestões para retirar pontos para que possam debater os assuntos, a Sra. Presidente, com a sua intransigência – mal ou bem, é o seu estilo – não os retira e leva às últimas consequências. Na situação do IMI, aquilo sou-lhe a algum malabarismo político por parte da bancada do PS porque primeiro veio uma deputada do PS pedir um ponto de ordem à mesa para pedir uma reunião para chegar a consenso – os pontos de ordem à mesa são apresentados quando algo está a funcionar mal e não era o caso, quando muito poderia fazer um requerimento para suspensão dos trabalhos – e depois acabam por aprovar a proposta que o PSD apresentou ao Executivo em fevereiro – a lei manda que seja agendada no prazo de cinco dias e a Sra. Presidente que tem a responsabilidade da ordem do dia não o fez, foi adiada para a discussão do IMI, em setembro, apesar das muitas insistências dos vereadores do PSD, e chumbada. Depois, na Assembleia Municipal, o próprio PS chumba a proposta da Câmara e é o próprio a sugerir e a apresentar uma proposta para ficar tudo de acordo com a proposta que os vereadores do PSD apresentaram na reunião de Câmara. Disse que era uma proposta séria e honesta e foi chumbada por ser do PSD, a maioria claramente não quis que fosse público que foi o PSD a apresentar a proposta de redução do IMI familiar. Disse que foi isso claramente que sucedeu e que a Sra. Presidente pode dizer que estava à espera de estudos e de informações, nomeadamente das Finanças, porque não sabe como é que tais informações podem ser dadas



se a redução não é automática, tem que ser requerida por quem quiser a redução do IMI. Disse que não vale a pena andar com estes malabarismos políticos, que podem discutir abertamente as questões e, se não querem que os louros vão para o PSD devem dizê-lo perentoriamente na reunião de Câmara. No que se refere ao concurso de mobilidade, disse que os vereadores do PSD nunca aqui levantaram suspeitas porque as pessoas são livres de concorrer aos procedimentos, os resultados depois terão que ser escrutinados e dão o benefício da dúvida. Para tirar dúvidas e suspeitas exteriores, dado que são confrontados por pessoas lá fora que sabem que são vereadores da oposição, é normal que aqui confrontem a Sra. Presidente com essas questões, porque são a voz daqueles que não votaram na Sra. Presidente e continuam a não acreditar na sua gestão, e, como tal, compete-lhes fazer as perguntas que se justifiquem. Repetindo a pergunta feita há quinze dias atrás, perguntou se hoje a Sra. Presidente tem conhecimento de quem concorreu aos procedimentos e se o seu Chefe de Gabinete concorreu ou não. No que se refere ao PEDU, sublinhou que a Sra. Presidente já disse – e vai ter as respetivas consequências políticas – que não quer fazer o Plano de Desenvolvimento Estratégico, mal no entender dos vereadores do PSD porque no Portugal 2020 sessenta por cento dos fundos são para privados e quarenta por cento para financiamento público - o paradigma dos fundos europeus é diferente neste novo programa relativamente ao QREN – e continuam a entender que devia ter sido feito o PDE porque, para concorrer, o privado tem que ter uma base de apoio a esse investimento para este não cair por terra, o que lhe parece que também vai acontecer com o PEDU, espera bem que não, porque a Sra. Presidente disse que contratou uma empresa à última da hora para fazer o PEDU, porque tinha que o fazer. Referiu que o PSD há muito tempo que alertava para o assunto do Portugal 2020 tendo até apresentado um requerimento sobre esta questão, que não obteve resposta, que queriam fosse discutida entre eles. Disse que a Sra. Presidente foi eleita com um programa político mas para o Portugal 2020, se calhar a grande última oportunidade de acesso a fundos comunitários, ou têm um Plano de Desenvolvimento Estratégico realmente feito e pensado de acordo com a consequência resultante para o Município ou limitam-se a ter uma estrada ali e outra acolá, e pouco mais. Salientou que era até interessante promover uma sessão da Assembleia, ou uma reunião extraordinária, para discutir isto porque é para cinco anos, é o futuro de Tomar, e com um Plano de Desenvolvimento Estratégico que, por exemplo, não contemple a Albufeira do Castelo do Bode, o turismo religioso em Fátima, o Mercado, o Flecheiro e o Rio, cai por terra qualquer candidatura que seja submetida. Referiu que há outros Municípios do Médio Tejo que estão a fazer esse PEDU, fundamentado no contexto territorial



em que estão inseridos e aí, depois, o investimento já vem de outra forma. Pediu que isto fosse visto como um contributo e como uma ideia que defendem há muito tempo, pois a questão do Portugal 2020 não pode ser descurada e não pode ser uma empresa contratada à última da hora, só porque é obrigatório fazer, porque assim não vão a lado nenhum. Referindo-se à carrinha adquirida à UF da Madalena e Beselga, recordou que fizeram um requerimento a questionar o âmbito do negócio e ainda não obtiveram resposta, estando largamente ultrapassado o prazo de vinte dias. Referiu que, por vezes, tendo em conta o trabalho que existe e a forma de organização, até podem entender que o referido prazo seja curto e considerar dois meses como um prazo razoável para responder, mas há muito tempo que esperam esta resposta e a ser verdade o que o Presidente da Junta disse, que vendeu por um preço superior ao que conseguia vender fora, é lesar o que é o interesse público. Mas, disse, entretanto chegou ao seu conhecimento que a referida carrinha esteve avariada, sofreu um arranjo de quinhentos euros e foi a Junta quem a reparou, questionando se tal é verdade ou mentira. Por último, referiu-se ao Festival de Estátuas Vivas para lamentar o facto de Tomar ter perdido este festival e ver Sintra, de gestão socialista, potencializar tão bem este evento, um caso de sucesso em Tomar que está para ficar e durar naquela localidade. -----

A Sra. Presidente começou por referir-se à questão do muro à saída de Tomar, informando que a Infraestruturas de Portugal ainda não foi oficiada porque, no decorrer das assembleias do orçamento participativo, alguns cidadãos deram a ideia de promover o arranjo das rotundas que não são competência da Câmara, e estão a ser elencadas as rotundas que temos capacidade de assumir – podendo até vir a ser lançado um concurso de ideias para recolha de sugestões da população – para, depois, oficial à referida entidade colocando a proposta de intervenção em ambas as questões, mediante protocolo. Recordou que o PEDU incide única e exclusivamente nas áreas de reabilitação urbana e reiterou que os documentos que distribuiu elencam o investimento público na ARU, contemplando o Flecheiro e o Rio no âmbito dessa área. Disse que a empresa contratada foi a do Prof. Augusto Mateus, que apenas se procedeu ao envio da pré-proposta que distribuiu e que o resto ainda está a ser construído. Reafirmou que não paga cerca de cem mil euros para fazer um estudo, até porque não temos condições para isso, estando em elaboração um estudo estratégico, mais minimalista. Informou que desconhece a situação referida sobre a carrinha adquirida à UF Madalena e Beselga podendo averiguar o que se passa. Disse que as Estátuas Vivas decorreram em Tomar enquanto houve financiamento comunitário e que, quando deixou de haver esse financiamento, foi tentada uma versão mais minimalista não tendo havido abertura para tal. Disse que as Estátuas Vivas



tinham uma componente pedagógica, de envolvimento com as escolas, com ligação à história, cuja apresentação decorria na zona do Mouchão, que não transitou para Sintra e lhe parece mais importante. Remeteu para um ponto da ordem de trabalhos de hoje e disse que seria interessante desenvolver um projeto no âmbito de um daqueles eixos de atuação, estando em avaliação a possibilidade de recuperar essa componente. Por último, disse que a candidatura a que se referiu o Sr. Vereador João Tenreiro deu entrada no dia trinta de setembro e que, para além da pessoa em causa concorreram mais dois trabalhadores. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques começou por se referir ao PEDU salientando que, independentemente das prioridades e de ser reduzido a determinado valor, a base é esta, nada mais adianta, e admira-se que o documento integral do plano não lhes tenha sido transmitido pois existe, foi enviado para entidades externas e os vereadores não tiveram conhecimento. Disse que assumem que o PEDU, que é tão importante para o Concelho e vai durar cinco ou mais anos – o anterior QCA é prova disso, geralmente prolonga-se no tempo, e este programa novo não começou quando devia, os seus sete anos já lá vão, quase dois sem ter funcionado – é um documento da Sra. Presidente e da maioria da Câmara, não do Executivo. No que se refere ao concurso para mobilidade, disse que está ligeiramente em desacordo com o Vereador Tenreiro e não é preciso uma bola de cristal para adivinhar as consequências. Para os IpT e para si em particular, o que conta é saber porque é que foi aberto um concurso para mobilidade de um técnico de informática, se não temos necessidade de trabalhadores noutras categorias profissionais. E essa resposta tem que ser dada por quem mandou abrir o procedimento, pela Sra. Presidente, ou alguém com competência delegada para o efeito. Relativamente a qualquer diferendo que possa existir com o Chefe de Gabinete, disse que, institucionalmente, já no anterior mandato, como vereador, há toda a relação institucional, como é sua obrigação, mas pessoal não tem, e o que é grave é que, em relação a estes requerimentos que dirigiu à Sra. Presidente, tenha sido ele pessoalmente a responder, através de um e-mail cujos anexos sequer abriu e reenviou à Sra. Presidente. Perguntou quem é ele, o visado, para lhe responder, ultrapassando a Sra. Presidente, que até agora não respondeu, assim como também não respondeu à questão de quem utiliza os veículos da Câmara. Perguntou se é assim tão difícil responder a isso, se a Sra. Presidente acha que, por aí, não sabem quais foram os documentos de despesa que ele apresentou. Salientou que não é muito difícil responder a estas questões mas não se quer fazê-lo, é a única conclusão a que pode chegar passados tantos meses, até porque a situação da AIRC não pesa aqui. Disse que não sabe como é que os elementos contabilísticos hão-de chegar para fechar as contas



mensalmente e saber o que se deve, ou então haverá coisas que não estão contabilizadas. No que se refere à situação ocorrida na Assembleia disse que não têm dúvidas de que, se a Sra. Presidente pudesse passar a sua proposta naquele órgão não tinha alterado nada pois, já no final da primeira reunião da referida sessão, houve quem fosse falar com elementos dos IpT por causa dessa questão. Disse que não tem dúvidas de que são os responsáveis políticos pela situação criada e que a maioria, da forma como procedeu foi politicamente mais hábil. Disse que deviam ter apresentado uma proposta alternativa - em democracia, passava a que tivesse mais votos - e, assim, aquilo que aqui proposto pelos vereadores do PSD e chumbado pela Sra. Presidente, aparece como se fosse algo que merecia o seu acordo, quando sabem claramente que não. Fez votos para que a questão do Mercado seja resolvida a contento dos comerciantes, até porque há uma deliberação do anterior mandato, de que já falaram recentemente, para promover o levantamento dos prejuízos dos comerciantes com o encerramento do mercado e, se não querem cumpri-la vão ter que a revogar, como ainda recentemente fizeram com uma deliberação que tem mais de quinze anos. Referiu que a situação seria diferente se fosse uma coisa completamente nova ou para comerciantes novos, agora com quem lá está, por razões que podem até ser muito corretas, na prática, vão trazer prejuízo a quem exerce a sua atividade, vão amputar parte da sua atividade, o que não está correto tendo em atenção o que todos eles já passaram. Pediu que não haja prejuízo para os comerciantes que têm que recorrer a mais do que uma atividade comercial para ir colmatando o prejuízo que foram tendo com o facto de o Mercado estar fechado e perderem clientes. Disse que quem se lembra do Mercado há anos atrás sabe que, ao sábado e à sexta-feira, estava cheio, tinha muitos clientes durante a semana, e, agora, face à crise, ao estado em que o Mercado esteve e ao seu encerramento, foram perdendo espaço.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão chamou a atenção para o Plano de Desenvolvimento Social de Tomar, um documento muito importante que foi aprovado e que serve de base ao PEDU e à generalidade das candidaturas, incluindo de privados, pois deduz que boa parte dos políticos não o tenha ainda sequer folheado. Disse que esse documento tem social no nome mas não tem uma perspetiva apenas social, estão ali refletidas todas as questões aqui colocadas, e muitas outras, resulta de um trabalho conjunto do Município com a generalidade das instituições que são suas parceiras na Rede Social – cinquenta, apesar de nem todas terem tido o mesmo nível de participação – e é o documento que dá suporte a todas as opções que venham a ser tomadas. Afirmou que é um documento que exige leitura obrigatória por parte daqueles que têm responsabilidades aos mais variados níveis.-----



Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia três de agosto de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia nove de outubro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões quinhentos e setenta mil e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos (2.570.034,35€) em Operações Orçamentais, e cento e trinta e cinco mil quinhentos e noventa e oito euros e dezassete cêntimos (135.598,17€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 - RENÚNCIA DO MANDATO DO VEREADOR JOSÉ MANUEL FARINHA PERFEITO -

Foi presente, para conhecimento, carta do senhor Vereador José Manuel Farinha Perfeito a apresentar renúncia ao mandato por razões de natureza pessoal, familiar e de saúde.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 02 - PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Desafio Gulbenkian "Não à Diabetes!" --

Foi presente a proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Protocolo outorgado a 7 de setembro de 2015 entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o objetivo de criar as condições para uma adequada divulgação do projeto Desafio Gulbenkian Não à Diabetes! junto dos municípios e, através destes, junto das populações.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a adesão ao Desafio Gulbenkian "Não à Diabetes!", nos termos do protocolo supra referido e respetivo anexo.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 03 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR -----



Foi presente a proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta de protocolo de colaboração a estabelecer entre o Município de Tomar e a Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo a estabelecer entre o Município de Tomar e a Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar. -----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor, dois votos contra dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

N.º 04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR-----

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea p) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 3.400€ (três mil e quatrocentos euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, para a prossecução do seu objeto estatutário, considerado o cabimento que deve fazer parte da deliberação.". -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015 e compromisso n.º. 5641/2015, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

N.º 05 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR



J. M.

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de quatro mil e duzentos euros (4.200€), considerado o cabimento e compromisso respetivo, que deve fazer parte da deliberação." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015 e compromisso n.º 5642/2015, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios? -----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

N.º 06 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO -----

O assunto foi retirado da reunião pela Sra. Presidente dado que não consta do processo o respetivo cabimento. -----

N.º 07 - PREÇO DE VENDA DO LIVRO "Sporting de Tomar 100 anos, 1915-2015" -----

Foi presente a proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço de venda do livro "Sporting de Tomar 100 anos, 1915-2015" nos postos de venda do Município. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o preço de 10,00€ para venda da referida publicação nos postos de venda do Município. -----

Esta deliberação foi aprovada por cinco votos a favor, e as abstenções dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.

**N.º 08 - PRÉDIO SITO NA RUA DA FÁBRICA DE FIAÇÃO, ENTRE OS NÚMEROS 56 E 60**

Foi presente a proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Face ao historial do processo e porque por um lado o cidadão deverá fazer valer os seus direitos, consubstanciados em deliberações camarárias e por outro lado ponderado que deve ser o interesse e a causa pública e atendendo a que reunião de câmara apenas foi presente uma avaliação e deliberado sobre a mesma e tendo a mesma à presente data 5 anos, deverá a câmara deliberar no sentido de mandar elaborar nova avaliação.", bem como o historial do processo referente ao prédio sito na Rua da Fábrica de Fiação, entre os números 56 e 60. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou mandar elaborar nova avaliação conforme proposto. -----

O Senhor Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro não tomou parte desta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**N.º 09 - PLANO DE INVESTIMENTOS DA RESITEJO** -----

Foi presente, para conhecimento, o Plano de Investimentos da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, aprovado pela Direção a 24 de setembro de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 10 - CANDIDATURA DO PROJETO "LUGARES PATRIMÓNIO MUNDIAL" AO PORTUGAL 2020 – plano de ação e estimativa orçamental -----

Foi presente, para conhecimento, informação da Sra. Presidente sobre a candidatura do Projeto "Lugares Património Mundial" ao Portugal 2020, pela Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e os Municípios de Tomar, Alcobaça, Batalha e Coimbra, bem como o respetivo plano de ação e estimativa orçamental. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 11 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE SETEMBRO DE 2015 -----

Foi presente a informação n.º 368/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de setembro de 2015. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio financeiro prestado no âmbito das cedências do autocarro efetuadas durante o mês de setembro de 2015, no montante total de 3.450,50€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 12 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – setembro de 2015 -----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de setembro de 2015. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os diversos apoios prestados, no montante global de 32,20€.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 13 - TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR – custos e proveitos dos meses de maio a julho de 2015 -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 5604/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal a análise dos custos e proveitos dos Transportes Urbanos de Tomar relativa aos meses de maio a julho de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 14 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR -----

Foi presente a informação n.º 5645/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de veículo pesado de mercadorias à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, com o custo de 180,90€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do referido veículo à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 15 - PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA – estacionamento gratuito de viaturas no âmbito dos eventos Sabores de Antigamente e Encontro de Tocadores de Instrumentos Tradicionais-----

Foi presente a informação n.º 5664/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal a ratificação da cedência de estacionamento no parque de



estacionamento da Praça da República, no âmbito dos eventos Sabores de Antigamente e Encontro de Tocadores de Instrumentos Tradicionais, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do regulamento dos Parques de Estacionamento Cobertos, com o custo real de 50,20€.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a cedência de estacionamento daquelas viaturas no Parque de Estacionamento da Praça da República. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 16 - PARECER DE COMPROPRIEDADE –Gerard Talarmein -----

Foi presente o processo n.º 300/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Terra da Igreja, inscrito na matriz predial sob o art.º 61, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Gerard Talarmein, com informações n.ºs 4262/2015 e 4449/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 61, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 17 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: AMANTE MARQUES MAIA -----

Foi presente o processo n.º 545/1984, relativo à construção de habitação em Casal Sobrado, Freguesia de Asselceira, em nome de Amante Marques Maia, com as informações n.ºs 4529/2015 e 4555/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nelas constantes.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a caducidade se converte em definitiva. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



9/1

N.º 18 - LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM AVESSADAS – MINUTA DO CONTRATO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO -----

Foi presente a informação n.º 4506/2015 da Divisão de Gestão do Território, bem como a minuta do contrato de obras de urbanização a outorgar entre o Município de Tomar e a IMORETALHO – Gestão de Imóveis, SA, no âmbito do processo de licenciamento 78/RJUE/DGT/2015 – 1/OBURB/DGT/2015.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta supra referida nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor, o voto contra do senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques e as abstenções dos senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 19 - PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - ALIENAÇÃO DO LOTE A EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE-----

No seguimento da deliberação de 8 de junho de 2015, foi presente a informação n.º 2047/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a alienação do lote A do Parque Empresarial de Tomar, em direito de superfície, à sociedade Pereira & Veríssimo – Reparação Automóvel, Lda, constituída por Jorge Manuel Pereira da Silva Oliveira e Augusto Antunes Veríssimo.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou alienar o lote A do Parque Empresarial de Tomar, em direito de superfície, à sociedade Pereira & Veríssimo – Reparação Automóvel, Lda, e mandar prosseguir o processo conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

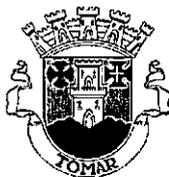
DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 20 - JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO DE 2015 – programa municipal “Tomar na rota do património industrial e técnico europeu” -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1527/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, apresentando o balanço do programa municipal “Tomar na rota do património industrial e técnico europeu”, promovido no âmbito das Jornadas Europeias do Património de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 21 - ADESÃO AO DIA INTERNACIONAL CIDADES PELA VIDA CIDADES CONTRA A PENA DE MORTE -----



9/11

Foi presente a informação n.º 1515/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a adesão à iniciativa mundial Cidades pela Vida – Cidades Contra a Pena de Morte, nos termos da minuta de protocolo apresentada pela Comunidade de Sant’ Egídio.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aderir ao dia internacional Cidades pela Vida – Cidades Contra a Pena de Morte, e aprovar a minuta do protocolo de adesão apresentado pela Comunidade de Sant’ Egídio.-----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 22 - CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM – APOIO DOS BOMBEIROS-----

Foi presente a informação n.º 1346/2015 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção do pagamento devido pela prestação de assistência a prova do Campeonato Regional de Slalom, realizada no rio Nabão, no dia 3 de outubro de 2015, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Grupo Desportivo da Nabância do pagamento dos custos inerentes ao apoio prestado ao evento pelos Bombeiros de Tomar, no valor total de 67,13€.-----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 23 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA – 1.ª FASE-----

Foi presente a informação n.º 1239/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a atribuição de subsídios especiais a crianças provenientes de famílias carenciadas do Concelho de Tomar, a frequentar o jardim de infância, no ano letivo 2015/2016, nos termos nela constante.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a supra identificada informação, deliberou aprovar a atribuição de subsídios especiais a crianças provenientes de famílias carenciadas do concelho de Tomar, a frequentar o jardim de infância, no ano letivo 2015/2016, conforme quadro resumo, no valor total anual estimado de 19.214,70€.-----



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 26 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL
CIDADE DE TOMAR – Grupo Desportivo da Nabância-----**

Foi presente a informação n.º 1119/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita da sala de formação do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para realização de formação para árbitros de slalom, no dia 3 de outubro de 2015, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Grupo Desportivo da Nabância do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 22,00€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Associação Portuguesa de Hemofilia e de outras Coagulopatias Congénitas -----

Foi presente a ficha de candidatura apresentada pela Associação Portuguesa de Hemofilia e de outras Coagulopatias Congénitas, para utilização do autocarro municipal no âmbito do 2.º Congresso Nacional de Hemofilia que realiza em Tomar, de 20 a 22 de novembro de 2015. ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência do autocarro à supra referida associação, no dia 21 de novembro de 2015, conforme solicitado, com o custo estimado de 66,00€.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 28 - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais -----

Foi presente o ofício 85/DCJI/2015 da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, a solicitar a utilização do comboio turístico para transporte de crianças e vigilantes do Jardim de Infância às instalações da Guarda Nacional Republicana, no dia 5 de outubro de 2015.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de 106 bilhetes para o comboio turístico à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, no valor total de 106,00€. -----

O Senhor Vereador Bruno Victor Domingos Graça não tomou parte nesta deliberação, tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal
Avelina Maria Lopes Leal